

REPENSANDO A NOÇÃO DE TEXTUALIDADE A PARTIR DO LUGAR DA RECEPÇÃO¹

O que os estudos literários ainda têm a dizer sobre a recepção

Luanda Schramm²

***Resumo:** O objetivo deste trabalho é problematizar as noções de texto e textualidade a partir do lugar da recepção. Para tanto, retomamos algumas contribuições provenientes dos estudos literários, em especial a teoria da interpretação de Paul Ricoeur, que introduz a noção de mundo do leitor como instância produtora de sentido das obras literárias, bem como sua hermenêutica fenomenológica, que fornece uma sólida fundamentação aos estudos de recepção, pois sustenta toda investigação que assuma o caráter perspectivo do conhecimento. O intuito é também apontar as insuficiências dessa perspectiva para pensar as práticas de recepção midiática, recorrendo ao campo dos estudos culturais, que supera algumas das limitações dos estudos literários na análise da recepção.*

***Palavras-Chave:** 1. Recepção 2. Interpretação 3. textualidade*

Retomando algumas questões colocadas no último encontro do GT Mídia e Recepção – sobre a importância de se considerar a questão do texto e dos aspectos envolvidos no âmbito da produção³ – esse artigo pretende problematizar a noção de texto e textualidade do ponto de vista da recepção, a partir de uma releitura desses conceitos, apoiada em algumas contribuições dos estudos literários, avaliando também suas insuficiências para o exame do fenômeno comunicativo. Partimos do princípio que um estudo de recepção não pode se limitar a mudar o foco do texto para o leitor, pois assim estaríamos pensando a partir dos mesmos pressupostos da tradição emissionista da pesquisa sobre os efeitos (a única diferença é que a referida tradição enfatiza um dos pólos do esquema comunicativo – a emissão – e essa enfatiza o outro pólo – a recepção). Para promover uma mudança que ultrapasse o plano metodológico e alcance o plano dos pressupostos, é preciso abolir este esquema. A proposta aqui é tomar como ponto de partida a capacidade interpretativa do ser humano e a

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Mídia e Recepção”, do XV Encontro da Compós, na Unesp, Bauru, SP, em junho de 2006.

² Universidade de Brasília. luanda@unb.br

³ No encontro do GT Mídia e Recepção em 2005, três trabalhos entre os dez selecionados enfatizam de maneira explícita a importância de não negligenciar o âmbito da produção e as determinações presentes no texto (ver: Natansohn, Souza, Rocha e Marques).

importância central das questões de linguagem para compreender o fenômeno comunicativo em sua abrangência.

Algumas das motivações subjacentes à elaboração desse artigo surgiram da leitura da obra *Comunicação e Recepção* (Jacks e Escosteguy, 2005), que procura introduzir o tema da recepção nos estudos comunicacionais, mapeando as diversas perspectivas teórico-metodológicas que problematizam as relações entre a mídia e seus receptores nos âmbitos internacional e latino-americano. No contexto internacional, as autoras adotam a classificação proposta por Jensen e Rosengren (1990), que identificam cinco tradições na pesquisa da audiência (pesquisa dos efeitos, usos e gratificações, crítica literária, estudos culturais e análise da recepção). O ponto que interessa discutir, nos limites desse artigo, diz respeito ao subdesenvolvimento da perspectiva da crítica literária na classificação proposta pelos autores, restringindo sua contribuição à idéia do leitor inscrito no texto, negligenciando perspectivas que privilegiam a questão do ato de leitura e do leitor 'real', promovendo uma concepção abrangente do fenômeno da leitura, que, apesar de suas limitações, pode ser de grande utilidade para a análise das práticas de recepção midiática, principalmente no que se refere aos pressupostos que ancoram a noção de interpretação na hermenêutica associada à fenomenologia.

Acreditamos que a teoria da interpretação de Paul Ricoeur, bem como sua fenomenologia do ato de leitura, podem fornecer alguns pressupostos interessantes para pensarmos as práticas culturais e discursivas de recepção midiática. Insistimos na proposta desse autor por acreditarmos que essa perspectiva fornece sólida fundamentação aos estudos de recepção e a toda investigação que assuma o caráter perspectivo do conhecimento.

Adotamos aqui a noção de recepção como um lugar a partir do qual é preciso repensar o processo comunicativo por inteiro, segundo a orientação de Martín-Barbero (1994:39) que vê a recepção não apenas como uma *etapa* do processo de comunicação, mas como “um *lugar* novo, de onde devemos repensar os estudos e a pesquisa de comunicação”, conceito retomado por Jacks e Escosteguy (2005: 96), ao afirmarem que “estudar a recepção implica no questionamento do modelo comportamental que centraliza a ação no emissor, por isso, pesquisá-la é posicionar-se num lugar a partir do qual se deve repensar o processo inteiro da comunicação, inclusive, repercutindo na reflexão de uma epistemologia da comunicação”. A

proposta desse artigo, então, é discutir alguns pressupostos norteadores da pesquisa em recepção, que marcam o lugar de apreensão do pesquisador.

Uma das premissas que fundamentam os estudos de recepção é a asserção de que cada membro do público é co-produtor do sentido da mensagem que lhe é apresentada. Dada a diversidade de formações culturais no público, a polissemia das mensagens, e o caráter contingente da interpretação, cada pesquisa no âmbito da recepção será uma análise singular, que diz respeito ao grupo social, ao contexto específico e ao momento determinado da história, que não pode, e nem precisa, ser generalizada para outros casos e contextos para garantir sua validade.

Um estudo de recepção pode produzir resultados não generalizáveis por não ser intersubjetivamente repetível. O que não o torna carente de cientificidade. A insistência em conferir um estatuto científico à comunicação apóia-se numa crença ingênua na pureza da ciência (nos termos tradicionais de ciência como conhecimento da verdade⁴). Qualquer conhecimento que dependa, pelo menos em parte, da observação da experiência – isso inclui todas as ciências empíricas – é apenas um modo de se ver aquela experiência.

A interpretação está presente em todos os momentos do processo comunicativo. A capacidade interpretativa não está restrita ao público, que se apropria das mensagens, interpretando-as com códigos próprios, oriundos de seu contexto sócio-cultural. Um estudo de recepção é, sobretudo, a interpretação de um pesquisador sobre a maneira como um dado público lê determinadas mensagens e produz sentido. A subjetividade do analista é indissociável do processo de observação e interação com o grupo estudado. Não existe experiência direta da realidade sem interpretação. Pois toda interpretação é, em alguma medida, ‘corrompida’ por preconceitos ou pressuposições culturais e pessoais do intérprete. Os ‘repertórios interpretativos’, as orientações teóricas e o lugar social de onde fala o pesquisador-intérprete devem ser incluídos na interpretação. Até mesmo a constituição dos públicos e a preliminar interpretação dos textos estruturam o contexto de recepção.

A singularidade das análises do processo comunicativo requer a explicitação dos seus pressupostos, de forma a construir um preâmbulo que forneça as bases sobre as quais se

⁴ Ao introduzir a noção de *falsifiability*, Karl Popper argumenta que qualquer teoria que se pretenda científica tem que ser passível de refutação, pois a história da ciência é uma história de auto-refutações. Popper, (1975 e 1981)

desenvolveu a investigação. Apresentaremos, em linhas gerais, a perspectiva hermenêutica e fenomenológica que serve de fundamentação ao nosso trabalho.

Interpretação e leitura

A hermenêutica é o ramo do conhecimento filosófico onde os problemas teóricos da interpretação são confrontados. Hermenêutica, pode-se dizer, é a ‘arte da leitura’, da interpretação, ou a arte de decifrar o sentido dos textos, ou antes, de produzir sentidos sobre textos. Ricoeur, vale ressaltar, estendeu a noção de texto para toda experiência humana. Uma vida humana é, para ele, análoga a um texto, pois, assim como um texto, uma vida expressa sentidos que podem, em princípio, ser explicitados por meio da interpretação. O problema da leitura e compreensão de um texto, então, torna-se uma metáfora para todos os tipos de compreensão, incluindo a dos fenômenos sociais ou culturais⁵.

A hermenêutica compreende uma diversidade de paradigmas e de níveis de interpretação, em função das diferentes modalidades de fundamentação do saber.⁶ Hermenêutica, para Ricoeur, é a teoria das operações da compreensão em sua relação com a compreensão dos textos. A compreensão (no nível ontológico) não é um simples modo de conhecer, é antes uma maneira de ser e de relacionar-se com os outros seres e com o Ser. Rodrigues (1997: 131) distingue duas vertentes na hermenêutica atual: a metodológica, que “procura numa meta-teoria o ponto de fuga que perspectivaria uma prática textual finita” e a fenomenológica, mais preocupada com as modalidades de diferenciação dos signos, “fadada a um incontornável destino fragmentário”. Segundo o autor português, a primeira vertente está intimamente associada à suspeita de uma realidade escondida no texto manifesto, que a interpretação visa precisamente desvendar. Já a segunda vertente dedica-se a determinar as

⁵ Essa dimensão vasta conferida à noção de texto se aproxima da perspectiva derridiana de *escritura*, como veremos adiante.

⁶ A hermenêutica, enquanto ciência geral da interpretação teve sua origem na filologia e na exegese bíblica. Schleiermacher e Dilthey pretendiam subordinar a filologia e a exegese às ciências históricas, reconhecendo a necessidade de se incorporar o problema regional da interpretação de textos particulares ao domínio mais amplo do conhecimento histórico, estimulados pelo grande êxito da historiografia alemã, no século XIX. Dilthey e Schleiermacher achavam que a interpretação deveria captar a subjetividade subjacente do autor, a partir da noção de ‘compreensão empática’, ou seja, a projeção do próprio intérprete no espaço do autor, construindo um método de interpretação. Essa postura ficou conhecida como hermenêutica metodológica. No séc XX a hermenêutica filosófica de Heidegger e Gadamer mudou o foco da interpretação para a compreensão existencial, considerada como um modo direto, não mediado e autêntico de ser-no-mundo e não um modo de conhecimento. Aqui a hermenêutica é considerada antes como uma filosofia da compreensão do que como um conjunto de técnicas de interpretação em domínios específicos.

configurações que tecem a superfície expressiva do discurso, “os reflexos significativos que emergem da cristalização de figuras insignificantes”. Paul Ricoeur pode ser considerado representante da segunda vertente – a fenomenológica – conforme a distinção do autor português. Embora Ricoeur considere que a hermenêutica engendra um método de interpretação, sua hermenêutica não pode ser considerada metodológica, segundo a distinção feita por Rodrigues, por essa postura referir-se às análises que se encerram nos textos, análises imanentes, que pressupõe a existência de uma leitura correta.

Em linhas gerais, o projeto hermenêutico da leitura de um texto começa com a contextualização do autor, do texto e do leitor. O texto é radicalmente influenciado pela construção intencional do trabalho do autor, mas também possui sua própria independência em relação ao autor: um texto sempre possui vida própria. Um texto também contém sentidos que escapam às intenções do autor, refletidos nos pressupostos pessoais e sócio-culturais em que o autor inconscientemente vive e escreve. Portanto, o contexto do autor é também elemento importante e necessário na leitura e compreensão de um texto. O leitor, por sua vez, também possui pressupostos pessoais e culturais que influenciam radicalmente o modo como um texto é lido e compreendido. Logo, o leitor também opera dentro de um contexto. Além do mais, um texto também desenvolve sua própria história de interpretação, que posteriormente prescreve suas possíveis leituras e releituras. Ricoeur diria que a ‘boa interpretação’ deve começar pela contextualização do autor e da obra, passando pela interpretação do texto, tentando responder às questões: Quem fala? Para quem fala? Em que condições e por quê? (em que condições ocorre o processo de comunicação e interpretação) e, por fim, por que eu interpreto isso dessa maneira? (inclusão da subjetividade do intérprete e o reconhecimento do caráter finito, incompleto e perspectivo de toda interpretação). Os limites da hermenêutica aparecem quando interpretação dobra-se sobre si mesma. Dessa forma, não busca a verdade, já que está sempre restrita à visão de mundo do intérprete, enquanto sujeito histórico e cultural. A interpretação busca o sentido.

Mundo do texto e mundo do leitor

E o sentido se constrói na interseção entre dois mundos, o mundo do texto e o mundo do leitor. Para Ricoeur, a noção de mundo do texto é apenas metade do caminho rumo à interpretação, já que a obra literária transcende o texto na direção de um mundo. O mundo do

texto assinala a abertura do texto para o que está fora dele, para o seu outro, na medida em que o mundo do texto constitui uma “intenção absolutamente original, relativamente à estrutura interna do texto.” Nesse sentido, o mundo do texto excede sua estrutura textual. Mesmo considerado à parte da leitura, o mundo do texto continua sendo uma transcendência na imanência, um excesso à espera de leitura. Porém, é somente no ato de leitura que o dinamismo da configuração ‘encerra’ o seu percurso⁷. Poderíamos dizer que, de modo análogo, só no momento⁸ da recepção o processo comunicativo ‘completa’ seu circuito. A passagem da configuração para a re-figuração pressupõe o confronto entre o mundo do texto e o mundo do leitor. Essa interseção entre dois mundos se dá entre o mundo configurado pelo texto e o mundo “no interior do qual a experiência efetiva se desenrola e desdobra sua temporalidade específica” (Ricoeur, 1995: 274), ou seja: o mundo do leitor. Logo, a configuração só se torna re-figuração na ação efetiva, consequência da leitura. Nesse sentido, não podemos concordar com Jensen e Rosengren (1990) quando afirmam que a tradição literária tem em comum com o estudo dos efeitos o entendimento de que o significado é imanente à estrutura da mensagem⁹.

⁷ Ricoeur propõe uma reinterpretação alternativa da mimese da poética de Aristóteles, incorporando a noção de tempo. Para ele existe uma correlação necessária entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana. A mimese consiste, segundo Ricoeur, na mediação entre tempo e narrativa, e é articulada em três momentos interligados (pré-figuração, configuração e re-figuração). A pré-figuração, mimesis I, corresponde a uma pré-concepção geralmente aceita do que seja a ação. A configuração, mimesis II, seria a transposição daquela a um texto. E a refiguração, mimesis III, seria sua compreensão pelo receptor. (Ricoeur, 1995: 85-119). Essa proposta foi criticada por não explorar a articulação entre as três mimesis. Para Iser, Ricoeur “articula as fases de um processo mas não seus pontos de transição, que permanecem vazios” (apud Lima, 1995) E Lima acrescenta que a articulação dos três momentos dá a entender que se passaria a contar com um objeto pleno (1995: 245). O esquema produção – mensagem – recepção também é passível da mesma crítica.

⁸ Aqui é preciso problematizar a questão dos momentos no processo comunicativo como uma classificação arbitrária. A recepção não pode ser vista como uma etapa, o ponto final do processo comunicativo. O termo momento aqui é utilizado nos sentido conferido por Morley (1980), como o encontro entre os discursos do texto e os do leitor. E, considerando a comunicação como circuito, e os atores engajados no processo – produtores e receptores – como intérpretes, a determinação de momentos específicos vai depender do recorte do fenômeno que se pretende investigar, e da construção do objeto de pesquisa.

⁹ Nessa perspectiva, segundo os autores “o leitor é frequentemente um constructo crítico deduzido do discurso ou da tradição literária e, excepcionalmente, quando ele é empírico, o foco recai nas leituras individuais ou, mais comumente, nos significados literários dos aspectos sociológicos ou psicológicos gerais, do que em receptores histórica e demograficamente determinados” (Jacks e Escosteguy, 2005: 35).

O fenômeno da leitura, para Ricoeur, é o mediador necessário da re-figuração. O dinamismo interno da configuração narrativa não é suficiente por si só.¹⁰ Na passagem da configuração à re-figuração existe o encontro entre o mundo representado pelo texto e o mundo real do leitor. A leitura desempenha o papel estratégico nessa operação de re-figuração. O leitor é o mediador último entre configuração e re-figuração. Nesse sentido, o texto só existe no momento em que é lido.

Estão construídas as bases para o que Ricoeur chama de dialética da leitura, em que três momentos distintos, porém interligados, devem ser considerados: a estratégia fomentada pelo texto e dirigida para o leitor, a inscrição dessa estratégia na configuração narrativa e a resposta do leitor. Os traços que assinalam a resposta do leitor à estratégia de persuasão do texto sublinham o caráter dialético do ato de leitura.

A primeira dialética da leitura evidencia-se no combate entre a expectativa de uma configuração imediatamente legível e a estratégia de frustração inscrita no texto que atribui ao leitor a tarefa quase impossível de dar sentido a lugares de indeterminação¹¹ que ofuscam a legibilidade do texto.

O trabalho da leitura revela simultaneamente falta de determinação e excesso de sentido. Todo texto é inesgotável à leitura e a leitura empenha-se em figurar o que não foi descrito pelo texto. Eis a segunda dialética da leitura: uma alternância entre carência e excesso de sentido. Múltiplos sentidos adormecidos na polifonia das palavras são selecionados pelo leitor a partir de seu mundo. É bom lembrar que qualquer leitura só oferece uma interpretação entre outras possíveis.

¹⁰ Ricoeur propõe uma abordagem hermenêutica para superar as limitações das análises textuais, que se concentram na mimesis II, considerando apenas as leis internas da obra, sem dar atenção às operações mimesis I e III. Ricoeur não se limita ao exame isolado da configuração. Antes, ele caracteriza a configuração (mimesis II) por sua função de mediação entre a pré-figuração e a re-figuração. “O desafio é, pois, o processo concreto pelo qual a configuração textual faz a mediação entre a pré-figuração do campo prático e sua re-figuração pela recepção da obra.” (Ricoeur, 1996: 85-129)

¹¹ Conceito central na estética da leitura de Ingarden, os lugares ou pontos de indeterminação resultariam da estratégia de frustração incorporada ao próprio texto, em vez de simplesmente designar lacunas na concretização configurante. Por concretização configurante, o pensador romeno entende o processo de modificação de expectativas que acompanha todo ato de leitura. (Ver: Bordini, Maria da Glória. Fenomenologia e teoria literária. São Paulo, Edusp, 1990). Lugares de indeterminação, ou “lugares vazios”, também podem ser definidos como relações não formuladas entre as diversas camadas do texto e suas várias possibilidades de conexão. “Os lugares vazios, em suma, apresentam a estrutura do texto literário como uma articulação com furos, que exige do leitor mais do que a capacidade de decodificação. A decodificação diz respeito ao domínio da língua. O vazio exige do leitor uma participação ativa.” (Lima, 2002: 26)

Na busca de coerência que atravessa o ato de leitura, se a obra parecer ao leitor demasiado coerente, familiar, ele passa a crer nela a ponto de perder-se e a concretização transforma-se em ilusão. Entretanto, se a busca de coerência fracassa, a obra permanece estranha ao leitor. Na terceira dialética da leitura, então, a ‘boa leitura’ seria aquela que, ao mesmo tempo, admite um certo grau de ilusão e assume a polissemia da obra: “a distância certa da obra é aquela em que a ilusão se torna alternadamente irresistível e insustentável”. Nunca se alcança um equilíbrio entre esses dois impulsos. Tomando as três dialéticas em conjunto, percebemos a leitura como uma experiência viva.

Para Ricoeur, a leitura não é o que o texto prescreve, é o que revela a estrutura por meio da interpretação. Assim, uma teoria englobante da leitura¹² não pode prescindir da categoria de autor implicado, que se distingue do autor real, servindo-se de máscaras e disfarces para se transformar em implicado, por meio de procedimentos retóricos¹³.

Para uma teoria englobante da leitura, é preciso considerar os textos como obras abertas. Segundo Ricoeur, obra aberta é uma escrita que só se deixa interpretar em função das interpretações que possibilita. Ricoeur apóia-se na noção de reflexividade da leitura, o que permite que o ato de ler se liberte da leitura inscrita no texto e dê a réplica ao texto. A seguir acrescenta que não há ato configurante em ação no texto sem leitor que o acompanhe. Por outro lado sem leitor que se aproprie do texto também não há mundo desdobrado diante do texto. “E, no entanto, renasce continuamente a ilusão de que o texto é estruturado em si e por si, e de que a leitura acontece ao texto como um evento extrínseco e contingente” (Ricoeur, 1995: 283)

¹² Na constituição de sua fenomenologia do ato de ler, Ricoeur examina as teorias tradicionalmente incumbidas de estudar o fenômeno da leitura, questionando sua capacidade de fornecer uma teoria global. A perspectiva retórica, segundo ele, ignora a resposta do leitor, considerando-o vítima e presa fácil da estratégia de persuasão fomentada pelo autor implicado. Por isso, um melhor entendimento da leitura requer uma teoria que leve em conta as respostas do leitor às estratégias do autor implicado. Tal teoria aproxima-se de uma estética da leitura, no sentido amplo, tal como os gregos a entendiam, e cujo tema seria a exploração das múltiplas maneiras como uma obra, ao agir sobre um leitor, o afeta. E esse ser afetado combina, numa experiência de texto particular, passividade e atividade, o que permite designar como recepção de um texto a própria ação de lê-lo (Ricoeur, 1995: 286).

¹³ Ricoeur fala de um pacto de leitura, em que a confiabilidade do narrador está para a narrativa de ficção assim como a prova documentária está para a historiografia. Nas narrativas ficcionais, o autor implicado possui poderes retóricos propiciados pelo pacto de leitura, por exemplo, o poder de conhecer os outros por dentro, de fazer apreciações do caráter dos personagens. A confiabilidade do narrador restringe, pois, a liberdade e a reflexão por parte do leitor.

Na fenomenologia da leitura proposta por Ricoeur¹⁴, a contrapartida do autor implicado na retórica da ficção é o leitor implicado¹⁵. Nenhum texto é mudo em relação ao leitor. O próprio leitor é construído no e pelo texto. Algumas opções de leitura já estão configuradas no texto. Ambos, autor e leitor implicados têm suas marcas inscritas no texto, todavia, a simetria entre os termos é apenas aparente. O autor implicado é um disfarce do autor real, que desaparece transformando-se em narrador imanente à obra – voz narrativa. O leitor real nada mais é do que uma concretização do leitor implicado, visado pela estratégia de persuasão do narrador. Ou seja, o autor implicado se identificaria com o estilo da obra, e o leitor implicado se identificaria com o destinatário da obra, pretendido pelo autor. O leitor implicado permanecerá virtual enquanto não for atualizado pelo ato de leitura: “ao passo que o autor real se apaga no autor implicado, o leitor implicado ganha corpo no leitor real”.

A questão do leitor inscrito no texto costuma ser apontada como a principal contribuição dos estudos literários para pensar a recepção. Porém, em “mundo do texto e mundo do leitor” Ricoeur vai além do reconhecimento do leitor implicado, pois a fenomenologia do ato de leitura trata do leitor real, o pólo oposto do texto que dá a significação da obra. Para se compreender o tema da interação em toda sua abrangência, é necessário dar um passo para fora da estrutura de um texto. A interação pressupõe um leitor de carne e osso. O leitor real, ao efetuar o papel do leitor implicado – ou implícito – no e pelo texto, transforma-o.

¹⁴ Na constituição de sua fenomenologia da leitura, o autor se vale das contribuições realizadas pela vertente conhecida como Estética da recepção e do efeito, desenvolvida pela Escola de Constança, que surgiu na Alemanha do pós-guerra como alternativa à crítica imanentista e ao marxismo reflexológico. O imanentismo, corrente dominante da crítica literária na então Alemanha Ocidental, costumava estudar a obra apenas em sua face textual, desconsiderando os elementos histórico-sociais, e pretendendo alcançar uma espécie de ‘neutralidade científica’ nos estudos literários. No lado oriental, a teoria do reflexo reduzia o marxismo a uma feição mecanicista. Em todas as correntes que vêem a obra de arte literária como um organismo fechado, produzindo análises imanentes do texto, perpassa, segundo Luiz Costa Lima, a divisão entre uma área menosprezada, a área da comunicação, e uma privilegiada, a da textualidade. A estética da recepção era, então, uma opção intelectual e política. (Ver: Lima, L.C. (org) *A literatura e o leitor. Textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002)

¹⁵ Algumas traduções utilizam o termo implícito, com o mesmo sentido. Com a noção de leitor implícito, Iser pretendia chegar a uma constante no texto, que guiasse a interpretação das obras ficcionais. Aqui entendemos que o leitor implícito identifica-se com a intenção semântica do autor, mas, enquanto categoria analítica, ele é uma construção do intérprete, portanto é também variável.

A dialética da leitura proposta por Ricoeur se faz entre apropriação e distanciamento, em que a leitura ora aparece como uma interrupção no ciclo da ação, ora aparece como um novo impulso para a ação. Tais papéis divergentes decorrem da função de enfrentamento e de ligação entre o mundo fictício do texto e o mundo efetivo do leitor. Enquanto o leitor acompanha as expectativas propostas pelo texto ele se torna tão irreal quanto o mundo fictício¹⁶. A leitura, nesse momento, torna-se também lugar irreal, ocorre uma pausa na reflexão – momento da hegemonia. Por outro lado, enquanto o leitor incorpora (inconscientemente ou não) os ensinamentos¹⁷ de suas leituras à sua visão de mundo, a leitura deixa de ser o lugar em que ele se detém para ser o meio que ele atravessa. A ‘boa leitura’, portanto, é a que produz equilíbrio entre a ilusão, quando o leitor se entrega à proposta do texto e reflete sobre ele, confrontando-o com leituras anteriores. Enfim, quando ele dialoga com o texto. Aqui podemos estabelecer um diálogo com Hall para pensar a questão do poder e da significação hegemônica. “A transparência entre o momento da codificação e a decodificação é o que eu chamaria de momento da hegemonia. Ser perfeitamente hegemônico é fazer com que cada significado que você quer comunicar seja compreendido pela audiência somente daquela maneira pretendida” (2003: 353-384). Assim a ‘boa leitura’ proposta por Ricoeur pode ser entendida, no âmbito das práticas midiáticas de recepção, e dos estudos culturais, como a negociação do sentido, ou a idéia de leitura negociada, que é o que de fato ocorre, na maioria das vezes, e evidencia a não equivalência entre emissão e recepção.

¹⁶ Aqui a noção de realidade precisa ser colocada sob suspeita. Embora o autor se expresse nesses termos, é preciso salientar que, nesse mesmo texto, Ricoeur propõe uma revisão drástica do conceito de realidade e irrealidade, por serem noções que não funcionam no contexto de uma hermenêutica fenomenológica. No terceiro volume de *Tempo e Narrativa* (1996), Ricoeur se pergunta qual o ponto de interseção entre o tempo da história e o tempo da ficção. Segundo ele, nos termos tradicionais de referência, a realidade do passado opõe-se diametralmente à irrealidade da ficção, a história refere-se a um passado real e a ficção descreve experiências irrealis de seres irrealis. Para Ricoeur, entretanto, ‘realidade’ é um conceito ingênuo, quando aplicado ao passado, como também o é o conceito de ‘irrealidade’, quando aplicado às construções da ficção. O autor propõe, então, como alternativa à noção tradicional de referência os conceitos de *representância ou lugar-tenência* para o passado reconstruído pela história; e de *significância* para as obras de ficção.

¹⁷ Jauss, em sua hermenêutica literária, concebe a atividade estética do leitor/receptor como produtora de conhecimento. A leitura proporciona, nessa ótica, um prazer estético pleno de compreensão. Essa compreensão derivada do deleite, da fruição estética, já evidencia o poder de comunicabilidade de uma obra. Para Jauss, o prazer estético tem o poder de abrir um espaço de sentido. (ver: Jauss, Hans Robert. *Estética da Recepção: colocações gerais*. In: LIMA, 2002 op.cit)

Embora a teoria da leitura presente em *Mundo do texto e mundo do leitor* se refira à leitura das obras literárias, seus *insights* tem muito a dizer sobre o *como* da relação do leitor com o texto, podendo ser aplicados ao estudo da recepção de mensagens midiáticas. O próprio autor nos autoriza a tal aplicação ao estender a noção de texto para qualquer objetivação humana. A fenomenologia do ato de leitura tem o mérito de superar as análises que se limitam ao estudo dos textos, buscando atingir o leitor real, sujeito histórico e cultural, que produz sentido apropriando-se dos textos e interpretando-os. Tal perspectiva reconhece os aspectos dialógicos da comunicação. A pertinência de uma abordagem fenomenológica da recepção reside no pressuposto da inexistência de uma leitura correta e na plausibilidade de leituras distintas¹⁸.

Para Hans Ulrich Gumbrecht (1998 e *apud* Lima, 2002:27), a verdadeira inovação da estética da recepção foi ter abandonado a classificação da quantidade de interpretações possíveis e historicamente realizadas sobre um texto, em muitas interpretações falsas e uma correta¹⁹. Em vez de se tentar construir uma significação procedente, o interesse se desloca para o esforço de compreender a diferença das diversas exegeses de um texto. Pois qualquer texto permite inúmeras exegeses: não há nenhuma exegese correta.

¹⁸A perspectiva fenomenológica adotada aqui coincide com a perspectiva heideggeriana e husserliana, em que a noção de fenômeno consiste num ponto de partida epistemológico, que afirma a inacessibilidade da coisa-em-si. Conhecemos o mundo pelo nosso modo de ser, não podemos conhecer a essência dos objetos, só sua manifestação. Para Husserl e Heidegger o fenômeno é a coisa-em-si, é aquilo que aparece, essa manifestação, é o que existe e a respeito do quê podemos falar. Esse conceito de fenômeno pretende suprimir certos dualismos como, por exemplo, o dualismo entre interior e exterior: do ponto de vista fenomenológico, não existe exterior que dissimule a 'verdadeira natureza' dos objetos, como uma pele superficial que escondesse a 'essência'. Também não existe essa verdadeira natureza, como se fosse uma realidade secreta das coisas, que podemos pressentir, supor, mas jamais alcançar, por ser 'interior' ao objeto considerado (ou somente por meio de alguma teoria, acessível somente aos especialistas). A noção de fenômeno não admite o dualismo entre ser e aparecer (ou entre aparência e essência) as *aparições* não são exteriores nem interiores, são equivalentes entre si, remetem a outras aparições e nenhuma é privilegiada. As aparências só remetem à série de outras aparências e não a uma realidade oculta que drenasse para si todo o sentido verdadeiro, substancial. A aparência, para a fenomenologia, não esconde a essência, mas a revela: ela é a essência.

¹⁹ Assim como Gumbrecht, somos movidos pela mesma desconfiança, o que não significa endossar por completo a proposta desse autor que foi assistente de Jauss, depois rompeu com o movimento e passou a ser reconhecido por obras que derivam de outros parâmetros. No livro *Corpo e Forma* (EDUERJ, 1998), o autor propõe a abolição da hermenêutica, ou a adoção do paradigma pós-hermenêutico, tratando de forma única o que na verdade representa um amplo e controverso campo de estudos. Se estamos de acordo com a idéia que interpretar não é descobrir o sentido oculto do texto, acreditamos que o extermínio do conceito seja nocivo. A concepção que Gumbrecht tem do campo hermenêutico é limitada às hermenêuticas de cunho metodológico, que acreditam poder encontrar uma intenção escondida no texto manifesto, revelável por alguma técnica ou teoria crítica. Ele reduz a hermenêutica às análises que se encerram nos textos. O impasse da leitura correta foi solucionado por Ricoeur de maneira satisfatória ao associar a fenomenologia à hermenêutica literária.

A teoria da interpretação de Ricoeur (1990) afirma que um texto está aberto a um número indefinido de leitores e por extensão de interpretações. Mas a comunicação, enquanto fenômeno social, obedece a certos padrões e sofre limitações específicas. Ao utilizar a metáfora da leitura para pensar as práticas de recepção midiática é preciso considerar certos aspectos que não são contemplados nas reflexões das teorias literárias. Existem limites interpretativos que variam conforme o gênero narrativo e as características da situação de ‘leitura’, considerando a influência que o contexto material de acesso ao texto tem sobre sua apreensão. Ao colocar em foco a função de mediação possibilitada pela interpretação e pelos limites interpretativos, estamos postulando também que as pesquisas em recepção precisam levar em conta as textualidades – aqui no sentido específico de estruturação narrativa da mensagem midiática – e o suporte material do texto, pois a leitura depende da forma como o texto chega ao leitor. Tal exame é crucial para discernir o modo como o leitor é constituído também pelo aparato tecnológico. Stam (1995:137), seguindo o enfoque discursivo proposto por Morley (1980), afirma que qualquer etnografia efetiva da recepção deve distinguir entre múltiplos registros, enumera pelo menos cinco níveis de constituição do leitor²⁰, e sugere que a análise da recepção deve explorar as diferenças e tensões entre os diversos níveis, “entre os distintos modos em que texto, aparato, discurso e história constroem o espectador, e os modos em que o espectador como sujeito/interlocutor influencia esse encontro.”

Acreditamos que a compreensão profunda de um fenômeno cultural como a recepção midiática requer o estudo simultâneo das atividades através das quais esse fenômeno é criado (produção), o que está sendo dito nele e através dele (seu conteúdo temático, narrativo, visual ou textual), e como aqueles que o assistem o interpretam. Esse modelo triádico de estudo cultural, embora ainda não amplamente praticado, é reconhecido como fundamental (Gamson, 1998). Sem desconsiderar as ressalvas à aplicação das categorias da análise literária ao estudo das práticas de recepção midiática, nosso intuito neste trabalho é tão somente focar seus pressupostos e as aproximações com a perspectiva dos estudos culturais.

Estudos literários e estudos culturais

²⁰ São eles: o texto, os aparatos técnicos, os contextos institucionais de recepção, as ideologias e discursos circundantes, e o espectador concreto situado geograficamente e historicamente.

Ao tratar da influência das teorias literárias no campo dos estudos culturais – a chamada “virada lingüística” – Hall (2003:211) enumera alguns dos progressos teóricos resultantes desse encontro:

A importância crucial da linguagem e da metáfora lingüística para *qualquer* estudo da cultura; a expansão da noção de texto e textualidade, quer como fonte de significado, quer como aquilo que adia o significado; o reconhecimento da heterogeneidade e da multiplicidade dos significados e do esforço envolvido no encerramento arbitrário da semiose infinita para além do significado; o reconhecimento da textualidade e do poder cultural, da própria representação como local de poder e de regulamentação; do simbólico como fonte de identidade.

Embora no campo sempre se atentou às questões da linguagem – área em que Raymond Williams desempenhou um papel central – esse encontro provocou uma reconfiguração da teoria, para pensar a questão da cultura através das metáforas da linguagem e da textualidade.

A relação texto leitor é uma metáfora para todas as interações humanas. As diretrizes propostas por Ricoeur (quem fala? para quem fala? em que condições e por quê?) podem ser pensadas em diversos níveis, se considerarmos que todos somos autores e leitores – principal consequência da extensão da noção de texto.

A ênfase no leitor deve ser entendida aqui como sintoma de uma decisão de maior alcance: a de se contrapor à figura do ‘leitor ideal’, isto é, aquele que ofereceria a leitura correta de um certo texto. É preciso romper com a idéia de uma leitura correta, seja do pesquisador especialista, seja do público.

Daí seria interessante pensar a recepção a partir da idéia de um emaranhado de interpretações. A tarefa do pesquisador, nesse sentido, deveria ser desembaraçar os fios que tecem o confronto entre as múltiplas interpretações que se entrecrocaram na pesquisa das práticas de recepção.

Considerar a recepção como lugar privilegiado para abordagem de questões que envolvem a relação dos meios com a sociedade contemporânea implica pensar a produção e o consumo em uma relação. Produção e recepção são processos entrelaçados que não podem ser reduzidos a processos lineares. Tudo está interligado. Porém, ao conceber o processo comunicativo como um ‘processo complexo que envolve práticas de maneira articulada’ (Hall, 1980) é preciso lembrar que a determinação de momentos específicos é, de certa maneira, arbitrária.

Para escapar da idéia de um momento originário no processo comunicativo, Hall recorre à noção derridiana *sempre-já* vendo os diferentes momentos como recodificações de algo já existente, pois “cada fala está situada sobre a base de um sentido já dado (...) Cada ato de significação transforma o estado efetivo de todas as significações já existentes” (2003:363-364). O momento da codificação, portanto, não surge do nada. Ao pensar a comunicação em termos de um circuito, é preciso considerar “como a decodificação entra na prática e no discurso que um repórter está acolhendo. O repórter está captando algo do mundo pré-significado com o objetivo de significá-lo de uma nova maneira”.

Para Hall, o mundo real não está fora do discurso; não está fora da significação, “pois é prática e discurso, como qualquer outra coisa.” Hall opta por iniciar o circuito pelas condições subjacentes ao âmbito da produção que incidem na codificação das mensagens televisivas por não querer um modelo de circuito que exclua a questão do poder:

Não creio que as audiências ocupem as mesmas posições de poder daqueles que dão significado ao mundo para elas. Leitura preferencial é só um modo de dizer que, se você detém o controle dos aparatos de significação do mundo e do controle dos meios de comunicação então você escreve os textos – até certo ponto, a leitura preferencial tem uma forma determinante (2003: 366).

Para Hall, porém, a mensagem não tem somente um significado, e nem é infinitamente aberta. Ao propor a noção de que o texto consiste numa *polissemia estruturada*, Hall aposta numa noção de poder que não apague os outros sentidos possíveis. Assim, o elemento da leitura preferencial se situa no ponto onde o poder atravessa o discurso, está dentro e fora da mensagem. “A razão pela qual o a preferência não pode estancar ou fixar o texto é que o significado é infinitamente diferido” isso não sugere, entretanto, que o texto seja aberto a qualquer decodificação. Adotar a noção derridiana de *diferimento da diferença*²¹ como a própria natureza da textualidade (a *différance* é o modo de existência da escritura²²), não

²¹ Derrida criou o conceito de diferença modificando o vocábulo francês *différence* por *différance*, para se referir à diferença como um processo contínuo e ininterrupto de diferenciação, como uma ação, como um verbo. Alguns autores adotam uma tradução do termo que procura conservar a modificação, como *diferança* (Marcondes Filho, 2004) e também como *diferensa*. (Bennington, 1996).

²² A escritura está marcada pela idéia de rasura que se efetua através da *différance*. A todo instante o significado é transformado pela individualidade interpretativa. Derrida coloca em sua análise termos pouco usuais nas análises da interpretação como o conceito de promessa. Para Derrida toda escritura é uma promessa, pois promete um significado, uma limpidez. Toda escritura deixa algo no ar, algo que não pode ser traduzido. Nesse sentido, não diz respeito apenas às significações das palavras em um determinado texto, mas das significações em campos mais amplos como o campo dos valores. Valores como justiça, felicidade, ética, moral também estão conectados ao conceito de escritura, também são germinados dentro da escritura. Ao longo dos anos 70 e 80 o

significa cair num jogo infinito de linguagem, pois o poder necessita da linguagem, é justamente aquilo que recorta a infinita semiose da linguagem, impondo-lhe um corte, uma *sutura*: “a linguagem é pura textualidade, mas a ideologia quer construir um significado particular” (2003: 369). A noção de preferência em Hall se aproxima na noção de *rasura*, cunhada por Derrida: “trata-se do ponto no qual o jogo das diferenças deve ser apagado para que um centro seja constituído, pois é em torno desse centro que se constrói o texto.”

Para Hall, o trabalho crítico sobre a codificação e a decodificação é sempre uma prática desconstrutiva, pois abre o texto a uma variedade de significados que não foram estabelecidas na atividade de sua codificação. Porém a desconstrução não deve ser tomada um como método²³, mas como ponto de partida epistemológico. A proposta anunciada no título desse artigo, de repensar a noção de textualidade a partir da recepção, se efetua na adoção da metáfora da textualidade, seguindo a orientação de Ricoeur e Derrida, pensadores cujas obras possuem suas especificidades, mas que têm em comum a noção de que tudo é texto, é escritura. Essa postura é também adotada por Stuart Hall, (2004:358) ao conceber o real como “algo cuja a existência só pode ser produzida discursivamente”. Partimos do princípio de que existe um mundo real²⁴, separado e fora do discurso, mas, como assinala Hall, somente podemos conhecer o real através da linguagem.

Porém, seguimos Hall quando ele afirma, contra as perspectivas estruturalistas, que discorda da posição teórica “que diz que nós não somos nada senão reflexos do discurso de um outro”, pois a atribuição de sentido é uma escolha ética e política, é exercício de poder²⁵.

pensamento de Derrida ficou celebre nos Estados Unidos a partir da aplicação de conceitos da desconstrução na análise de textos literários, o que por muito tempo marcou o pensamento de Derrida como algo apenas aplicável ao campo da literatura. Tais interpretações ganharam força em virtude da dificuldade em compreender o termo escritura para além das fronteiras simplesmente formais e literárias. A escritura não se dá somente do campo da literatura, mas no campo político, social. A escritura, para Derrida, não é simplesmente o que é escrito enquanto grafia. A escritura é o próprio mundo, pois o mundo só faz sentido a partir das significações que se dão por meio da escritura.

(Cf: Derrida, J. *Escritura e Diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2002)

²³ A dificuldade em aplicar o pensamento desconstrucionista derridiano enquanto método de interpretação se dá pela constatação de que a própria desconstrução é impossível, é ela também uma promessa. Para Derrida a desconstrução é impossível, pois ela não pode correr o risco de se tornar acessível baseada em algum sistema de regras. É por isso que Derrida coloca a questão da promessa no cerne da escritura.

²⁴ É a conhecida tese do realismo externo. (ver: Searle, J.R. *Mente, linguagem e sociedade – filosofia no mundo real*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000)

²⁵ Para Pierre Bourdieu uma das principais formas de poder político é o poder quase mágico de nomear. E nomear é classificar, é dispor desigualmente, hierarquizar. Esse poder de nomeação consiste numa das manifestações do poder simbólico que, ao nomear, faz existir. (coisas ditas: 72)

Segundo Hall (2003: 213), o que define os estudos culturais como projeto é essa tensão entre questões políticas e teóricas, uma tensão não resolvida e permanente: “os estudos culturais permitem que essas questões se irriem, se perturbem e se incomodem reciprocamente, sem insistir numa clausura teórica final”.

Referências

- BENNINGTON, Geoffrey. **Jacques Derrida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- BORDINI, Maria da Glória. **Fenomenologia e teoria literária**. São Paulo, Edusp, 1990.
- DERRIDA, Jacques. **Margens da filosofia**. Campinas: Papyrus, 1972.
_____. **Escritura e Diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- GAMSON, Joshua. **Freaks talk back: tabloid talk shows and sexual nonconformity**. Chicago: University of Chicago Press, 1998.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Corpo e Forma**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2003.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- JACKS, N. e ESCOSTEGUY, A. C. **Comunicação e Recepção**. São Paulo: Hacker, 2005.
- LIMA, Luiz Costa. **Vida e Mimesis**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
_____. (org.) **A Literatura e o Leitor - Textos de Estética da Recepção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- MARCONDES FILHO, C. **O escavador de silêncios – Formas de construir e desconstruir sentidos na comunicação** (Nova Teoria da Comunicação II) São Paulo: Paulus, 2004.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUSA, Mauro Wilton (org.) **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, (1994) p.69-38
_____. **Dos Meios às Mediações – comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- MORLEY, David. **Interpretar televisão: la audiência de Nationwide**. Nombre Falso, <http://www.nombrefalso.com.ar/>.

NIETZSCHE, F. Introdução teórica sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral. In: **O livro do Filósofo**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____ **Fragmentos finais** (seleção e tradução: Flávio Kothe) Brasília: editora UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

POPPER, Karl. **Conjecturas e Refutações**. Brasília: UnB, 1981

_____ **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1975.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e Ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

_____ **O Conflito das Interpretações: Ensaio de Hermenêutica**. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

_____ **Teoria da Interpretação - O discurso e o excesso de significação**. Lisboa: edições 70, 1987.

_____ **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papyrus, 1996 (vols. I e III).

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

SEARLE, John R. **Mente, linguagem e sociedade – filosofia no mundo real**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

STAM, Robert e SHOHAT, Ella. **Da família imperial ao imaginário transnacional: o consumo dos meios na era da globalização**. In: Comunicação e Política vol.II n. 4 Rio de Janeiro: editora Cebela, 1995 (122-144)

THOMPSON, John B. **Hermeneutics and the Human Sciences**. New York: Cambridge University Press, 1981.